

## **ATA DA LXXII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONETUR**

**DATA:** 18 de Novembro de 2019.

**LOCAL:** Centro de Convenções de Natal

**PAUTA:** Aprovação da ata anterior; Apresentação do andamento das Obras do Forte dos Reis Magos e sua Gestão; Apresentação do Curso de Pós-Graduação em Administração Hoteleira da UERN; Surgimento de Óleo nas Praias- Defesa Civil- IDEMA; Debate entre os membros sobre a Clandestinidade que Assola o nosso estado; Outros assuntos; Considerações Finais e Encerramento.

### **MEMBROS DO CONETUR**

#### **Esfera Federal:**

BNB- Banco do Nordeste;

CEF- Caixa Econômica Federal;

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

#### **Esfera Estadual:**

SETUR – Secretaria de Estado do Turismo;

EMPROTUR – Empresa Potiguar de Promoção Turística do RN;

IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente;

SESED – Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Defesa Social,

SEDEC – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.

#### **Esfera Regional:**

Polo Agreste/Trairi;

Polo Costa das Dunas;

Polo Seridó;

Polo Serrano;

Polo Costa Branca;

#### **Esfera Municipal:**

Município do Natal;

Município de Tibau do Sul.

**Iniciativa privada:**

ABRASEL – Associação brasileira de bares e restaurantes;  
ABRAJET – Associação brasileira dos jornalistas e escritores de turismo do RN;  
ABAV – Associação brasileira das agências de viagens do RN;  
ABIH – Associação brasileira da indústria de hotéis do RN;  
AMUG – Associação das Mulheres Unidas de Genipabu;  
COOPTAX – Cooperativa dos Proprietários de taxi de Natal;  
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do RN;  
COOPBUGGY – Cooperativa de Transportes Turísticos e Serviços Afins do RN;  
FECOMÉRCIO – Federação do Comércio do Estado do RN;  
Natal Convention & Visitors Bureau;  
SINDBUGGY – Sindicato dos Bugueiros Profissionais do RN;  
SINDETUR – Sindicato das Empresas de Turismo no Estado do RN;  
SINGTUR – Sindicato dos Guias de Turismo do RN;  
SHRBS – Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares.

**Terceiro Setor:**

UFRN – Universidade Federal do RN;  
IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia;  
UERN – Universidade Estadual do RN;  
UNP – Universidade Potiguar.

**MEMBROS DO CONETUR AUSENTES:**

**Esfera Federal:**

Banco do Nordeste do Brasil- BNB; (Ausência justificada)  
Caixa Econômica Federal- CEF; (Ausência justificada)

**Esfera Estadual:**

SESED- Sec. De Estado de Segurança Pública e da Defesa Social;  
SEDEC- Sec. De Estado do Desenvolvimento Econômico;

**Esfera Regional:**

Polo Costa das Dunas;  
Polo Serrano;

**Iniciativa Privada:**

ABRASEL- Associação Brasileira de Bares Restaurantes (Ausência justificada);  
ABIH- Associação Brasileira da Indústria de Viagem do RN (Ausência justificada);  
AMUG- Associação das Mulheres Unidas de Genipabu;  
COOPTAX- Cooperativa dos proprietários de Taxi de Natal;  
FECOMÉRCIO- Federação do Comércio do Estado do RN;  
SINDBUGGY- Sindicato dos Bugueiros Profissionais do RN;  
SHRBS- Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares.

**Terceiro Setor:**

IFRN- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN.(Ausência Justificada)

A Subsecretária de Estado, Solange Portela, cumprimentou os membros presentes agradeceu a presença de todos e justificou a ausência da Secretária de Estado, Ana Maria da Costa, por motivos de saúde e por essa razão, não pode se fazer presente na reunião. Destacou a primeira participação do diretor presidente da EMPROTUR, Bruno Reis, no Conselho Estadual de Turismo, salientando que o mesmo está concorrendo ao Prêmio Nacional de Turismo entre os cinco finalistas da categoria técnico gestor. Assim, passou a palavra para o diretor presidente da EMPROTUR para dar as boas vindas. Prosseguindo, Bruno Reis, destacou uma série de ações que a empresa de promoção turística vem realizando, externando o desejo que o ano de 2020 seja bastante proveitoso. Após o pronunciamento, a subsecretária de Estado colocou para votação a ata anterior e questionou aos membros se havia observações a serem realizadas, como não houve, considerou-se a ata aprovada. Dessa forma, a subsecretária relatou a ordem das apresentações, em que a primeira seria a Fundação José Augusto e posteriormente a UERN. Contudo, naquele momento, as duas instituições não tinham chegado, assim, propôs a antecipação da pauta para concluir a reunião no horário. Concedeu-se a palavra a Júnior Lima, representante do Sindicato dos Guias de Turismo do RN - SINGTUR para explicar sobre a clandestinidade no turismo no RN. Ao iniciar sua apresentação, Júnior Lima destacou que esse assunto era um tema batido, contudo, ainda não finalizado, destacando que as empresas de receptivo são as que mais sofrem com essa questão. Destacou que muito do que ia ser exposto, boa parte dos membros já sabiam.

Nesse sentido, destacou o valor de R\$ 50,00 para realizar o passeio em Pipa e que na beira da praia custava R\$ 20,00, salientou que esse tipo de comercialização prejudica toda a cadeia produtiva do turismo, visto que não há arrecadação de impostos na clandestinidade, além de afetar direta e indiretamente o destino, exemplificando com a realidade da Praia de Ponta Negra. Mencionou a participação em uma reunião com representantes do SINGTUR, Potiguar Turismo, Luck receptivo, Ministério Público, Polícia Rodoviária Federal, DER, Comando Geral da Polícia Militar, realçando que os órgãos estaduais estão dispostos ajudar e que essa reunião poderia ter sido institucional. Após esta colocação, a subsecretária Solange Portela, questionou quando ocorreu essa reunião e em resposta, Deca Bolonha, representante do SINDETUR relatou que esta reunião tinha ocorrido há uns 10 dias e que representantes da SETUR/RN como Graça Pessoa e Carmen Vera participaram desta reunião. Continuando a fala, Deca Bolonha definiu o termo clandestinidade e exemplificou o caso com os ônibus de turismo no qual a Polícia Federal só tem o poder de fiscalizar o carro e não a presença de guia. No caso do DER fiscaliza se o veículo tem autorização para circular nas estradas do RN, caso o transporte tenha a presença de guia, necessitaria do Cadastur, enfatizando que para esse tipo de ação é necessário o deslocamento de vários órgãos e que se essa ação de fato acontecesse, acabar-se-ia com a clandestinidade. Relatou a existência de leis que poderiam ser utilizadas a favor dessa situação da clandestinidade, contudo, não estão sendo usadas. Ressaltou o papel da prefeitura em relação a todas as secretarias que estariam envolvidas para solucionar essa clandestinidade. Destacou problemas que poderiam acontecer e que empresas que atuam de forma clandestina não dão suporte necessários aos turistas em casos de acidentes, uma vez que não tem seguro. Além disso, destacou que o tema clandestinidade é um assunto muito delicado, salientou que a prefeitura também tem que se fazer presente nessa conjuntura e que não é difícil resolver essa situação. Mais uma vez, ressaltou a reunião a qual foi realizada com todos os órgãos necessários na atuação da clandestinidade. Com isso, na reunião que ocorreu solicitou-se um protocolo, no qual será descrito o que precisa ser feito, porém, se faz necessário a participação de todos os órgãos competentes. Exemplificou com a servidora da SETUR/RN integrante do Cadastur, Graça Pessoa, solicitando a presença da mesma pelo menos a cada 15 dias no começo como uma forma de atuar na situação da clandestinidade. Assim, destacou que está solicitando a prefeitura todas as secretarias responsáveis para atuar na ação da clandestinidade e requisitou a presença de um

representante da secretaria de turismo do estado nessa iniciativa. Finalizou que é necessário se tomar uma atitude, caso contrário, não se chegaria a uma solução de fato. Concluída a colocação, a subsecretária de estado questionou se alguém tinha alguma observação. Assim, concedeu-se a palavra ao representante de Natal Convention & Visitors Bureau, Leandro Pinheiro, o qual indagou se não seria interessante realizar um trabalho preventivo com os turistas antes de ocorrer fatos relacionados à clandestinidade, sugerindo também trabalhar com o setor hoteleiro. A representante do SINDETUR, Deca Bolonha, argumentou que o setor hoteleiro é um dos que mais favorecem a questão da clandestinidade, enfatizando que este setor deve vender hospedagem e não passeio, relatando que um dos maiores concorrentes dos receptivos é a recepção do hotel. Sugeriu a elaboração de uma carta de boas-vindas ao turista a ser entregue na rodoviária ou aeroporto, em que nesta carta já se abordaria os aspectos negativos da clandestinidade. A subsecretaria questionou se ficou agendada uma outra reunião. Em devolutiva, Deca Bolonha, argumentou que está aguardando posicionamento da prefeitura. Assim, a subsecretaria destacou os órgãos do governo de estado que são importantes se fazerem presentes: Secretaria de estado de turismo, destacando que o Cadastur que a nível de estado não tem poder de fiscalização, apenas de sensibilização e conscientização e quem tem o poder de fiscalização, autuação e multa é o Ministério do Turismo. Deca Bolonha, argumentou se a SETUR/RN pode pedir ao Mtur uma autorização. A subsecretaria salientou que isso vem sendo discutido a nível Brasil no âmbito de todas as secretarias de turismo dos estados a questão do Cadastur, além de ressaltar a presença na SETUR/RN na reunião com os órgãos sobre a clandestinidade, deixando claro o poder da secretaria como órgão estadual e que além da própria secretaria, a presença do DER e os demais órgãos da prefeitura. Assim, a SETUR/RN assumiria o compromisso de articular com o DER e a prefeitura com os demais órgãos. Complementando a fala da subsecretária de estado, Deca Bolonha, mencionou que todos esses órgãos estavam presentes na reunião anterior, porém havendo a necessidade de elaborar o protocolo. Além disso, mencionou que tal protocolo poderia ser desenvolvido por meio de uma comissão, a exemplo da comissão composta no CONETUR, em que neste protocolo iria detalhar de forma clara e objetiva o que cada órgão pode fazer. Assim, a subsecretária solicitou o agendamento da data, deixando agendada para o dia 26 de novembro às 9h no Centro de Convenções. Logo após a fala da subsecretária, o Diretor presidente da EMPROTUR, Bruno Reis,

questionou aos membros do CONETUR como se estava pensando na questão da sensibilização do turista. Em resposta, Junior Lima, representante do sindicato dos guias, sugeriu a entrega de um material de sensibilização ao turista, o qual Bruno Reis questionou se já tinha pronto este material. Em resposta, Junior Lima disse que sim e que tal material seria de folheteria. Nesse sentido, Diretor presidente da EMPROTUR mencionou a necessidade de se pensar em algo mais estratégico. Exemplificou que ao acessar o wifi da Inframérica, poderia surgir uma mensagem, além disso, destacou que nos últimos dois anos a empresa de promoção turística apoiou algumas operadoras em Rodshows em que, algumas destas, contrataram serviços ilegais, mencionando que o estado também deve fazer uma análise sobre esse tipo de situação. Salientou o lançamento do site tudo começa aqui em que este poderia ser utilizado para enfatizar a importância de equipamentos e serviços cadastrados. Logo em seguida, a representante da UNP, Rosângela Carmelita, explanou que existia um projeto que objetivava a instalação de um ponto de atendimento ao Turista no aeroporto, indagando como ficou tal projeto. Em resposta, a subsecretária de estado relatou que não houve o avanço do projeto por falta de recursos financeiros. Durante a reunião, surgiram ideias de banners digitais que objetivassem a sensibilização dos turistas, contudo, para dar prosseguimento a pauta, a subsecretaria de estado sugeriu adotar os detalhes desse assunto na reunião do dia 26 de novembro. Prosseguindo com a Pauta e como a Fundação José Augusto ainda não havia chegado, a subsecretária convidou a UERN para realizar a explanação sobre o curso de pós-graduação em administração hoteleira. Nesse sentido, o professor João Batista de Freitas, coordenador do curso de turismo da UERN Natal, agradeceu o convite para explicar sobre o curso. Destacou que as inscrições ainda não iniciaram uma vez que o processo de divulgação maciça ocorrerá em fevereiro de 2020. Relatou que o foco da instituição é se aproximar cada vez mais do mercado e que a especialização surge em razão de algumas necessidades internas e do próprio mercado. O professor destacou que a finalidade da proposta do curso é trabalhar com a qualificação de mais alto nível, além de qualificar ex-alunos e profissionais de mercado. O objetivo principal é formar especialistas em gestão hoteleira e que se chegou nesta especialização em razão da importância deste setor para o turismo. Assim, a modalidade do curso é presencial com professores que tiveram experiências na Europa com disciplinas voltadas ao mercado de trabalho. Destacou que na página de UERN contém todas as informações relacionadas ao curso de

especialização. Ressaltou a parceria com a Universidade de Barcelona como forma de intercâmbio. Terminada a explanação do curso, abriu para questionamentos. O representante da UERN, Sydicley D'sordi, enfatizou que a pré-inscrição já está disponível no site da instituição. Houve um questionamento se aulas seriam diárias, ocasião em que o professor Freitas assinalou de forma positiva e que as aulas são noturnas, sendo realizado na unidade da zona norte com aulas iniciando em março, em que as disciplinas serão cursadas em um ano. A subsecretária agradeceu a participação do professor e destacou a relevância da iniciativa de aproximar a academia do mercado. Ao continuar com a pauta, ocorreu a explanação da Defesa civil em conjunto com o IDEMA para tratar da presença das manchas de óleo nas praias do estado. O representante da defesa civil, Tenente Cel. Marcos de carvalho, destacou que tanto sua instituição quanto o IDEMA participam de um grupo de trabalho denominado Grupo de Gestão Integrado que se reúne desde setembro e tem por finalidade monitorar e acompanhar as ações do estado no que se refere ao desastre ambiental relacionado ao vazamento de óleo no litoral. Destacou que no momento atual o RN se encontra em relativa tranquilidade em relação ao monitoramento e acompanhamento, chamando atenção para Nísia Floresta e Tibau do Sul como localidades mais afetadas, em que o grupo apresenta uma ação mais efetiva em Nísia Floresta. Em seguida, mencionou a explanação do IDEMA, no qual a defesa civil daria um suporte em relação aos esclarecimentos sobre o monitoramento das praias. A explicação do IDEMA foi conduzida pela servidora Iracy Wanderley, ocasião que cumprimentou os membros presentes e prosseguiu com a apresentação. Explicou que o IDEMA em conjunto com a defesa civil está coordenando o gerenciamento dessa questão no RN. Abordou que o litoral do RN é um espaço de consumo turístico e por tal motivo, a pertinência de abordar o assunto no conselho. Assim, o estado formou o gabinete de gestão integrada formado por instituições do estado ligadas ao meio ambiente, além disso, por determinação da governadora, formou-se o comando unificado de incidentes, em que nele há a participação de outros setores da sociedade da esfera federal e municipal. Detalhou o recorte histórico dos acontecimentos no RN e que as primeiras manchas de óleo no Nordeste apareceram em agosto de 2019 no estado da Paraíba e no RN o primeiro registro oficial foi no dia 07 de setembro com ocorrências na via costeira, Baía Formosa e em Sagi e depois do dia 10 de Setembro aparecem ocorrências no litoral sul, justificado pela presença da corrente marítima sul equatorial uma vez que o



comportamento dessa corrente tende a trazer as manchas de óleo para o litoral sul do estado. Entre os dias 07 a 24 de setembro foram identificadas 47 ocorrências de áreas oleadas no RN. Enfatizou que as manchas presentes no RN não são semelhantes as que estão aparecendo em Pernambuco, Bahia e Alagoas. O que se tem no RN são pontos espaçados em pequenas quantidades, justificado pela localização geográfica. Esclareceu que como não se sabia a localização exata da ocorrência primária do vazamento, enfatizou que não poderia afirmar que o RN não estaria sujeito a ter as manchas de óleo que os outros estados vêm recebendo, por isso a importância de ações proativas nesse processo, mostrando registros fotográficos das ocorrências nas praias do RN. Destacou a investigação que vem sendo desenvolvida pelo Procurador Geral da República a nível nacional e a nível estadual quem está à frente é o Procurador Geral do Estado. Assim, o Ministério Público recomendou ações para o enfrentamento dessa situação. Nesse sentido, cabe à união investigar o agente poluidor e aplicar as sanções conforme legislação ambiental, além disso, realizar o monitoramento e apontar soluções técnicas; a esfera estadual coube mais precisamente ao órgão executor da política ambiental, o IDEMA, realizar campanhas de educação ambiental com os banhistas com a finalidade conscientizar sobre os efeitos e consequências do material encontrado nas praias, esclarecendo que o responsável direto por tudo relativo às ocorrências de manchas de óleo é a união e os municípios com a limpeza das praias, uma vez que é rotineira essa limpeza, além de não saber ao certo o agente poluidor. Salientou que como o óleo é um resíduo contaminante e perigoso, e por isso, necessita-se montar comissões espaciais para realizar o manejo e transporte desse material. Para dar destinação final a esse resíduo conforme especificações técnicas estão ocorrendo articulações entre união, estado e municípios. Ressaltou o plano nacional de contingência cuja finalidade é gerenciar, além da lei nº 9.966 que determina as diretrizes de como responder a desastres dessa natureza. O IDEMA visitou as prefeituras dos municípios afetados, convocaram as secretarias de educação, meio ambiente, turismo e pesca para realização de reuniões que resultou na elaboração de um cartaz de como proceder a esse desastre, afixados em pontos de uso comum nesses municípios, além da emissão de uma nota técnica com a lista de empresas que realizam o transporte e coleta, acomodação e destinação desse material, bem como orientações destinadas aos equipamentos turísticos, além dos monitoramentos. Destacou que o monitoramento diário é realizado pela defesa civil, emitindo um relatório sobre a situação das praias do RN, bem como o



IBAMA e todas as informações estão disponíveis nos sites dessas instituições. O IDEMA realizou o monitoramento em todas as praias que apresentaram a ocorrência do resíduo e entre os dias 11 e 12 de outubro identificaram 10 municípios afetados; 30 praias atingidas; 43 ocorrências, compreendendo 60% do litoral oriental do RN. Entre os dias 22 e 23 de outubro ocorreu a segunda etapa da operação, com a identificação de 9 municípios afetados; 27 praias atingidas; 33 ocorrências. Ao final, o balanço da operação contabilizou 14 municípios afetados; 43 locais atingidos e 14 animais oleados. Ressaltou ações de articulação a exemplo de reuniões com prefeituras e secretários de outros estados para dialogar, compartilhamento de informações com grupos institucionais no nordeste, o que serviu de base para elaborar o plano de mitigação e resposta do RN. Destacou que a grande preocupação são as áreas prioritárias, que são as áreas mais sensíveis, a exemplo de áreas de mangue, reservas de faunas e ecossistemas responsáveis pelo equilíbrio ecológico do nosso estado. Com a participação da UFRN elaborou-se mapas com essas áreas prioritárias, além de registros on-line de voluntários e capacitações destes para a limpeza das praias, bem como parceria com empresas de cimento para que o óleo captado entre na linha de produção dessas empresas. Finalizada a explanação, a representante da UFRN, Andréia Dantas, parabenizou a apresentação, solicitando o material, ocasião que a representante do IDEMA destacou que todas as informações estão disponíveis no site da instituição. O representante do SENAC, Marcelo Milito, questionou sobre a orientação em relação aos peixes e crustáceos, em resposta, o representante da Defesa Civil, declarou que até o momento não tem registro em decorrência de ingestão de alimentos contaminados com o óleo. Assim, a subsecretária de estado agradeceu a participação do IDEMA e defesa civil, concedendo a palavra para a apresentação da Fundação José Augusto sobre o andamento das obras do forte dos Reis Magos e sua gestão. Iniciada a apresentação, o diretor geral da FJA, Crispiniano Neto, mencionou que a obra do forte vem se arrastando por mais de um ano e o prazo previsto no contrato para finalização da obra era 12 de novembro e durante este ano a obra atrasou, ocasião em que houve o contato com a empresa para que fosse esclarecido o motivo. Esclareceu que a obra é por meio da SETUR/RN, porém a parte contratual é por meio do Governo Cidadão. A empresa paralisou a obra e as paredes estão descobertas e com isso, houve a necessidade de atitudes duras por meio do judiciário. Assim, a empresa foi obrigada a voltar, e tudo que for acordado para a finalização da obra será por meio do Termo de ajuste de gestão e está sendo feito no

âmbito do tribunal de contas. A partir disso, novos prazos foram estipulados, sob pena de rompimento do contrato. A representante da UNP, Rosângela Carmelita, questionou o novo prazo para a finalização da obra. Em resposta, o Crispiniano Neto argumentou que os novos prazos serão estabelecidos pelo Termo de ajuste de gestão, os quais ainda não foram definidos. Destacou o projeto do entrono do forte elaborado pelo arquiteto Haroldo Maranhão e que a FJA estão correndo atrás dos 19 milhões do PAC das cidades para poder executar o projeto do entorno. Além disso, tem em andamento o processo de candidatura do forte que está prosseguindo normalmente e com relação à gestão do forte após a obra, a FJA, em função da exigência do próprio processo de candidatura do forte como patrimônio mundial, está elaborando três planos, o plano de uso, plano de gestão e plano de negócio. Para isto, contratou-se uma consultoria para a elaboração de tais documentos. Concluída a explanação, abriu para questionamentos em relação ao assunto debatido. Assim, a representante da UNP questionou se a obra está parada e sem previsão de retorno, como submeter o forte a candidatura do patrimônio com esta condição. Crispiniano Neto salientou mais uma vez o não cumprimento do contrato, ocasião que o senhor Fernando Mineiro, secretário de projetos do governo cidadão, já está tomando as medidas cabíveis junto ao Tribunal de Contas e Ministério Público. Além disso, relatou o problema em relação ao telhado do forte, em que a empresa quer aproveitar, contudo, o contrato prevê outro telhado. O representante do IPHAN declarou que em relação ao telhado a resposta final não era do IPHAN e sim do Governo do estado. Decca Bolonha, alegou a irresponsabilidade do IPHAN em decorrência de estudos realizados no local, com a retirada das pedras e não ter as colocado no devido local, dificultando a visita dos turistas. Em resposta, o representante do IPHAN, Márcio alegou que as escavações foram realizadas com base em um projeto de restauração pautado em estudos históricos, arqueológicos com resultados públicos, com a recolocação de todo material sem desperdiçar recursos públicos. O representante do SENAC Marcelo Milito, clamou pela objetividade do conselho, questionando como o CONETUR deveria atuar, sugerindo que na próxima reunião, caso ocorra formalização do Termo de Ajuste de gestão da obra, apresentar a forma como este foi elaborado bem como os novos prazos para a obra do forte; e a título de sugestão a criação de um grupo de trabalho para acompanhar as obras. Júnior Lima, representante dos sindicatos dos guias, sugeriu que um representante da empresa que está executando a obra, também se fizesse presente na próxima reunião do Conselho para os devidos esclarecimentos.

Crispiniano Neto foi favorável a ter um ente fiscalizador da sociedade interessado no que se refere às obras do forte. Aproveitou o ensejo para informar sobre o Memorial Câmara Cascudo, o qual foi reformado e inaugurado, contudo, a obra ainda necessita de ajustes. Houve uma negociação com o grupo Neoenergia, dado que a empresa está iniciando um projeto referente a iluminação de prédios históricos e com isso, o Memorial Câmara Cascudo seria a primeira experiência com esse projeto luminotécnico. Em seguida a subsecretaria de estado, Solange Portela mencionou que em cima da solicitação feita, a SETUR/RN como órgão coordenador do CONETUR é favorável à criação de grupos de trabalhos, só que em alguns momentos tem que refletir até que ponto esse grupo de trabalho vai ser proativo nesse momento. Relatou que essa TAG- Termos de Ajuste de gestão da obra, tem que ser feita e que não depende apenas da SETUR/RN ou equipe do Governo cidadão, envolve também outras instituições. Mencionou que enquanto a TAG não estiver pronta o grupo de trabalho não poderá fazer muita coisa e se caso questionarem quando a TAG fica pronta, não teria como responder. Assim, destacou o compromisso que a SETUR/RN pode assumir, pedindo a servidora Mércia Motta, secretária executiva do CONETUR se responsabilizar pelo monitoramento da TAG, uma vez que a SETUR/RN tem na equipe Carlos Ribeiro Dantas, arquiteto e Camila Borges, engenheira para quando a TAG estiver pronta, relatar o detalhamento da mesma aos membros do CONETUR. Assim, permaneceria com a temática obra do forte dos Reis Magos na pauta para ser abordada em Fevereiro de 2020, quando aconteceria a primeira reunião do ano do conselho e dependendo do resultado da TAG e havendo necessidade, criar-se-ia o grupo de trabalho, mencionando que esta colocação seria uma sugestão. O representante do Senac, Marcelo Milito, mostrou-se favorável, bem como Crispiniano Neto. A subsecretaria de estado abriu para questionamentos relacionados a outros assuntos, enfatizando a data da reunião para o dia 26 de novembro, terça-feira as 9h da manhã. Yves Guerra aproveitou o ensejo para parabenizar a EMPROTUR e SETUR pela iniciativa do FANTOUR, caçadores do pôr do sol, finalizando na sexta no dia 15 de novembro com a realização no dia anterior no estádio arena das dunas com a rodada de negócios, iniciativa a qual também foi elogiada por Deca Bolonha, solicitando que este formato da rodada de negócios fosse mantido nos futuros FANTOURS. Com relação à reunião do dia 26/11, Deca Bolonha sugeriu a criação de uma comissão para elaborar o protocolo que contaria com representação do SINGTUR, SINDETUR, Prefeitura, SETUR, COOPBUGGY para elaborar o protocolo



**RIO GRANDE  
DO NORTE**

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO  
DO TURISMO – SETUR

sobre a questão da clandestinidade. Dessa forma, encerrou-se a reunião agradecendo os membros que se fizeram presentes na reunião.

---

Solange Portela  
SETUR/RN

---

Bruno Reis  
Representante da EMPROTUR

---

Mércia Motta  
Secretaria executiva

---

Isalúcia Barros C. Maia  
IDEMA

---

Márcio Kuntze  
IPHAN

---

Marcela Pessoa  
Polo Agreste Trairi

---

Lahyre Rosado  
Polo Costa Branca

---

Walfredo de Souza Junior  
Polo Seridó

---

Christiane Alecrim  
Município de Natal

---

Elizabeth Bauchwitz  
Município de Tibau do Sul

---

Liszt Coutinho  
ABRAJET

---

Luis Leite  
ABAV

---

Marcelo Milito  
SENAC

---

Maurício Cavalcanti  
COOPBUGGY

---

Leandro Pinheiro  
Natal Convention & Visitors Bureau

---

Yves Guerra  
SEBRAE

---

Edson José de Lima Júnior  
SINGTUR

---

Deca Bolonha  
SINDETUR

---

Andréia Dantas  
UFRN

---

Sidcley D'sordi  
UERN

---

Rosangela Carmelita  
UNP



**RIO GRANDE  
DO NORTE**

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO  
DO TURISMO - SETUR